

HABEAS CORPUS Nº 472.738 - PR (2018/0261766-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : GUSTAVO TULIO PAGANI
ADVOGADO : GUSTAVO TULIO PAGANI - PR027199
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARIAM RACHRACHE SALEM VEDOVELLO
OUTRO NOME : MARIAM RACHRACHE SALEM

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARIAM RACHRACHE SALEM, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná.

Consta dos autos que a paciente foi condenada pela prática do delito tipificado no artigo 155, *caput*, do Código Penal, às penas de 1 ano de reclusão e 10 dias-multa, substituída por prestação de serviços à comunidade pelo prazo da condenação.

Foi negado provimento ao pelo defensivo, com determinação de execução imediata da pena (fls. 400/412).

Requer o impetrante, em síntese, seja suspensa a execução provisória da pena restritiva de direitos até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

A medida liminar foi deferida às fls. 393/394.

É o relatório.

DECIDO.

Em relação às informações prestadas pelo Tribunal de origem, verifica-se que a ação penal encontra-se em fase de exame da admissibilidade do recurso especial interposto pela ré (fl. 413).

Nesse sentido, a Sexta Turma desta Corte, ao apreciar os EDcl no REsp 1.484.413/DF e no REsp 1.484.415/DF, na sessão de 3/3/2016, adotou orientação, fixada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal (HC 126.292/MG, de 17/2/2016), de que a execução provisória da condenação penal, na ausência de recursos com efeito suspensivo, não viola o princípio constitucional da presunção da inocência.

Todavia, ao analisar o caso em apreço, consta que a pena privativa de liberdade imposta à paciente foi substituída por restritiva de direitos consistente na prestação de serviços comunitários.

Referente ao assunto, ressalvada compreensão pessoal diversa, a Terceira Seção, no julgamento do EResp 1.619.087/SC, na sessão de 14/06/2017, adotou a orientação, reafirmada por ocasião do julgamento do

AgRg no HC 435.092/SP, na sessão de 24/10/2018, quanto à impossibilidade de execução provisória das penas restritivas de direito, sendo indispensável, em tais casos, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para garantir à paciente o direito de que não seja executada provisoriamente a pena restritiva de direitos até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Comunique-se.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

